

**Inquérito Civil nº 06.2018.00005180-4**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sombrio, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **ROSA GONÇALVES ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 13.154.755/0001-92, localizada na Rua W3, nº 608, bairro Jardim Ultramar, Município de Balneário Gaivota, neste ato representada por seu proprietário, **SAULO SPECK**, brasileiro, RG nº 454.715 e CPF nº 299.854.049-04, residente na Rua W3, nº 608, bairro Jardim Ultramar, Município de Balneário Gaivota/SC, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIO** nos autos do **Inquérito Civil nº 06.2018.00005180-4**, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o presente Inquérito Civil, cujo objeto é a regularização da licença ambiental da empresa Rosa Gonçalves ME, a qual desenvolve atividade considerada potencialmente poluidora (serraria com desdobramento primário de madeira);

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º, III, da Lei nº 6.938/81, preceitua que poluição é toda degradação da qualidade ambiental que prejudique a saúde, a

segurança e o bem-estar da população, afete desfavoravelmente a biota, ou, ainda, lance matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**CONSIDERANDO** que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a atividade desenvolvida nas serrarias está prevista na Resolução CONSEMA 98/2017 - 15.10.00 - serrarias e beneficiamento primário da madeira, caracterizada como potencialmente causadora de degradação ambiental, sendo passível de licenciamento ambiental;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade do **COMPROMISSÁRIO** em adequar-se, para que possa efetivamente exercer suas atividades dentro dos ditames da lei;

#### **RESOLVEM**

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a manter a interrupção do exercício de suas atividades enquanto não possuir todas as licenças ambientais necessárias para o correto funcionamento da Serraria;

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O **COMPROMISSÁRIO** está ciente que somente poderá retomar suas atividades após a comprovação, perante esta 2ª Promotoria de Justiça de Sombrio/SC, da obtenção da Licença Ambiental de Operação (LAO) junto ao órgão ambiental competente;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer, consistente em adotar todas as medidas necessárias para perfeito funcionamento de suas atividades, cumprindo fielmente as obrigações assumidas no presente termo, além de providenciar outras licenças, autorizações e/ou documentos que forem necessários e exigidos para o funcionamento adequado do empreendimento perante os órgãos ambientais, dentro do prazo de 6 (seis) meses;

**CLÁUSULA QUARTA:** O Ministério Público fiscalizará o cumprimento deste acordo tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, podendo requisitar o apoio dos órgãos ambientais competentes, bem como realizar vistorias sem aviso prévio.

**CLÁUSULA QUINTA: O COMPROMISSÁRIO,** a título de medida compensatória, doará o valor de um salário mínimo, atualmente R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), ao Fundo de Reconstituição de Bem Lesados do Estado de Santa Catarina previsto no art. 13 da Lei 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual 1.047/87 e com disposições constantes na Lei Estadual 15.694/11, mediante boleto bancário, quantia esta que poderá ser parcelada em até 4 (quatro) vezes, com a primeira parcela em trinta dias.

O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a trazer nesta Promotoria de Justiça, até 5 (cinco) dias após o pagamento da(s) parcela(s), o comprovante de depósito bancário que ateste o pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA:** O descumprimento das obrigações ou violação de quaisquer cláusulas deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa mensal no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste termo até a data do efetivo desembolso e revertidos em prol do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados.

**Parágrafo Único:** Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente lavrado pelo órgão ambiental ou agente fiscalizador comprovando o descumprimento/violação.

**CLÁUSULA SEXTA: O COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como solicitar a fiscalização acerca do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

**Parágrafo Único:** Eventuais valores despendidos com o custeio das perícias realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens

Lesados pelo **COMPROMISSÁRIO**, salvo justificada impossibilidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA OITAVA:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA NONA:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Sombrio/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste;

**Parágrafo Segundo:** O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos;

**Parágrafo Terceiro:** Constatada qualquer irregularidade na efetivação das disposições constantes no licenciamento, será exigido de imediato o cumprimento da legislação ambiental, não sendo tolerado ao inadimplente continuar usufruindo os prazos aqui estipulados.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** fica desde já cientificado de que com a formalização do presente Termo de Ajustamento de Conduta será promovido o arquivamento do presente Inquérito Civil, sendo-lhe possível, até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do art. 50 do Ato nº 00395/2018/PGJ.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial,

nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

**Fica ciente o COMPROMISSÁRIO, nesta oportunidade, de que o presente procedimento será remetido ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação do arquivamento do presente Inquérito Civil Público.**

Sombrio, 25 de fevereiro de 2018.

JULIANA RAMTHUN FRASSON

Promotora de Justiça

ROSA GONÇALVES ME

Representada por Saulo Speck

Compromissário